

BOLETIM 474

Brasília, 28/29 de novembro de 2017



Centrais articulam paralisações dia 5 no setor de transportes

CUT, Força Sindical, CTB, Nova Central, CSB e CGTB se reuniram nesta terça (28) com sindicalistas do setor de transportes, na sede da Federação dos Rodoviários do Estado de São Paulo (FTTRESP). O objetivo foi organizar a adesão destas categorias na construção da greve nacional contra a reforma da Previdência, marcada para o dia 5 de dezembro.

Mobilização - Ficou decidido que a Federação orientará os Sindicatos a convocar assembleias, a fim de deliberar sobre a participação na greve. Além disso, Pestana colocará a proposta em reunião a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), nesta quarta (29), em Brasília.

Ao contrário do que diz a propaganda do governo, a nova proposta apresentada por Temer não corta privilégios, como as altas

aposentadorias dos parlamentares. Ela ataca apenas a classe trabalhadora, que terá de trabalhar mais se quiser receber o valor integral da aposentadoria, contribuindo por 40 anos, sem ficar nenhum período desempregado.

Fonte: Agência Sindical

Manifestantes protestam contra reformas de Temer

Cerca de mil servidores públicos, de acordo com a Polícia Militar do Distrito Federal, promoveram nesta terça (28) ao longo da Esplanada dos Ministérios e próximo ao Congresso Nacional um ato contra as reformas da Previdência, em tramitação na Câmara dos Deputados, e a trabalhista, que entrou em vigor este mês.

Organizada pelo Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) e pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), a manifestação chegou a bloquear algumas vias próximas ao Congresso. Durante o ato, ocorreram momentos de tumulto e vidraças do Ministério da Presidência foram quebradas. Segundo a PMDF, foi encontrada também uma bomba caseira próxima ao local onde transcorreu o ato e quatro pessoas foram levadas à delegacia.

No final da tarde, líderes do movimento foram recebidos pelo presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ). Participaram do encontro os deputados Chico Alencar e Glauber Braga, ambos do PSOL do Rio de Janeiro, além do deputado Pepe Vargas (PT-RS).

Fonte: Portal EBC



Ministro volta a defender jornada intermitente; e Anamatra a condenar

O Ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira voltou a defender na manhã desta terça-feira a Reforma Trabalhista. Para o Ministro, o trabalho intermitente, um dos pontos mais polêmicos da reforma, deverá tirar trabalhadores da informalidade e também movimentar a economia.

Já o presidente da Anamatra, Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Guilherme Feliciano teme que aconteça no Brasil o que aconteceu no México, quando o país fez reformas semelhantes a esta.

Duas ações já questionam a modalidade de trabalho intermitente no STF, uma movida pela Federação Nacional dos Empregados em Postos de Combustíveis e Derivados e outra pela Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada.

Ambas alegam que esse tipo de trabalho fere a Constituição Federal pois não garante que o trabalhador irá receber ao menos o valor de um salário mínimo.

Fonte: Portal EBC

Com a reforma, aposentadoria de quem contribui por 15 anos cai de 85% para 60%

Se a proposta de reforma da Previdência for aprovada, o trabalhador poderá se aposentar após 15 anos de contribuição ao INSS, como acontece atualmente. No entanto, receberá um valor menor do que receberia hoje. Pelas regras atuais, após 15 anos de contribuição, esse trabalhador tem direito a receber 85% da sua aposentadoria integral. Pelas novas regras, cairia para 60%.

As novas regras propostas estabelecem que, para se aposentar, os homens precisarão ter no mínimo 65 anos e as mulheres, 62 anos. Ambos devem ter contribuído pelo menos 15 anos com o INSS — para servidores públicos, serão pelo menos 25 anos de contribuição.

A reforma da Previdência está na Câmara dos Deputados. O governo espera que seja votada ainda este ano, para depois seguir para o Senado. Em busca do apoio de mais congressistas, enxugou a proposta.

Pelas novas regras propostas, quem cumprir os requisitos mínimos (15 anos de contribuição, além de 65 anos de idade para homens e 62 para mulheres) poderá receber 60% do valor da aposentadoria a que tem direito.

Portanto, a nova narrativa do governo para aprovar a proposta no Congresso, de combate aos privilégios, especialmente de servidores públicos, e redução das desigualdades de renda no Brasil são falsos. O que o governo quer de fato, por



demanda do mercado, de um lado, é reduzir substantivamente o valor dos benefícios previdenciários. E de outro fazer com que os beneficiários usufruam, quando conseguirem o direito, por menor tempo possível.

Se quiser ganhar mais, terá que contribuir por mais tempo com o INSS. O aumento será gradativo. As informações são de reportagem de Ricardo Marchesan no UOL.

Fonte: Diap

Paulo Paim lê texto de bispo que critica a reforma

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou, em Plenário, que no dia 5 de dezembro acontece uma greve nacional contra a Reforma da Previdência. Segundo ele, a sociedade vai mostrar que 95% dos brasileiros são contrários às mudanças propostas pelo governo de Michel Temer.

Paim também leu um artigo do bispo Diocesano de Jales (SP), Reginaldo Andrietta. No texto, com o título "Proteção social sem lógica mercantil", o religioso faz duras críticas às alterações nas regras previdenciárias.

No documento, o bispo argumenta que, se a reforma for aprovada, o acesso à aposentadoria de milhões de trabalhadores, especialmente rurais, será muito difícil. Também segundo Andrietta, os argumentos usados pela Presidência da República são enganadores. Ele lembrou que a CPI da Previdência no Senado constatou que o caixa da Previdência Social é superavitário.

O senador Paulo Paim também criticou o governo federal por estar se valendo de mentiras

nas campanhas publicitárias favoráveis à reforma da Previdência.

— Os argumentos utilizados para essa reforma previdenciária são enganadores e mentem na televisão. Quando eu vi um comercial eu tinha que rir para não chorar. O cidadão pergunta: mas a idade mínima vai aumentar? Aí, um homem em nome do governo diz que não vai aumentar. Como que não vai? — questionou.

Fonte: Agência Senado

Maia diz que tentará votar Previdência em 2017, mas que o ideal seria fevereiro

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta segunda-feira (27) que será difícil colocar a reforma da Previdência em votação em 2017. Ele ressaltou, no entanto, que tentará acelerar as discussões do tema para que a votação ocorra ainda este ano, mas destacou que em um cenário "ideal", a análise da proposta deveria ocorrer em fevereiro de 2018.

"É difícil [votar a reforma em 2017], mas vamos tentar. Acho que se a gente conseguir organizar, até o final de dezembro a gente consegue votar. O ideal, com o tempo que a gente tem nesse ano, era votar no início de fevereiro. Mas tem o Carnaval no meio. Então não é assim um calendário simples para se trabalhar. Mas é o calendário que nós temos, vamos tentar enfrentá-lo", disse Maia em entrevista coletiva após participar de evento organizado pela revista Veja.

Maia não quis fazer uma estimativa de quantos votos o governo tem para aprovar as mudanças na aposentadoria, mas disse que a adesão de parlamentares está aumentando. “Não é bom a gente ser otimista e nem pessimista. A gente tem que falar um pouco a verdade. A verdade é que em relação a três semanas, está muito melhor. Já tem líderes que estavam radicalmente contra que já entendem que precisam, pelo menos, dialogar com suas bancadas para tentar construir o número, isso já é um avanço”, disse.

O presidente da Câmara disse ainda que está negociando a proposta e que irá colocar em votação “o texto que tiver condição de votar”, mesmo que seja necessárias concessões em relação ao projeto original.

onte: Portal EBC

Trabalhador que receber menos que o mínimo fará recolhimento complementar

O trabalhador que receber menos de R\$ 937 ao mês (salário mínimo), ao realizar trabalho intermitente, deverá recolher alíquota de 8% de contribuição previdenciária sobre a diferença entre o que recebeu e o mínimo. O esclarecimento foi feito pela Receita Federal no Ato Declaratório Interpretativo (ADI) RFB nº 6, publicado na edição desta segunda-feira (27) do Diário Oficial da União.

A Receita Federal lembra que a reforma trabalhista, efetuada pela Lei nº 13.467 de 2017, trouxe a possibilidade de o segurado empregado receber valor mensal inferior ao salário mínimo,



como no caso de trabalho intermitente, que permite o pagamento por período trabalhado, podendo o empregado receber por horas ou dia de trabalho.

O recolhimento complementar será necessário caso a soma de remunerações auferidas de um ou mais empregadores no período de um mês seja inferior ao salário mínimo.

Segundo a Receita, o recolhimento complementar da contribuição previdenciária deverá ser feito pelo próprio segurado até o dia 20 do mês seguinte ao da prestação do serviço. Caso não faça o recolhimento, não será computado o tempo de contribuição para receber os benefícios previdenciários e para o cumprimento do prazo de carência.

Essa complementação já era prevista para o caso do contribuinte individual. No caso de empregado não existia essa previsão.

A Receita Federal esclarece que a Medida Provisória (MP) nº 808, de 2017, estabeleceu essa previsão e criou para o segurado empregado a possibilidade de complementação da contribuição até o valor relativo ao salário mínimo, especificando que a alíquota aplicada será a mesma da contribuição do trabalhador retida pela empresa.

Fonte: Agência Brasil



Vai à sanção MP que cria Agência Nacional de Mineração

Os senadores aprovaram, na terça-feira (28), a Medida Provisória que cria a Agência Nacional de Mineração (MP 791/2017). Vinculada ao Ministério de Minas e Energia, a nova agência vai substituir o Departamento Nacional de Produção Mineral. Segundo o governo, a mudança vai fortalecer o setor, promover melhor gestão dos recursos da União e atrair mais investimentos para o país. O relator da proposta, senador Aécio Neves (PSDB-MG), ressaltou o desempenho da indústria extrativa mineral.

Os senadores retiraram do texto o porte de arma de fogo para alguns dos servidores da autarquia, como geólogos e engenheiros. O pedido de impugnação foi apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). A MP faz parte de um pacote de três medidas provisórias que alteram o marco regulatório da mineração. O projeto vai à sanção presidencial.

Fonte: Agência Senado

PIS/Pasep: prazo para saque do abono salarial termina em um mês

O Ministério do Trabalho informou que trabalhadores que têm direito ao abono salarial ano-base 2015 têm até o dia 28 de dezembro para procurar uma agência bancária e retirar o

benefício. O prazo final termina em um mês e não haverá nova prorrogação. Segundo o MTE, 1,42 milhão de brasileiros ainda não sacaram o dinheiro.

O montante disponível para saque é de R\$ 990 milhões, para pagamentos que variam de R\$ 79 a R\$ 937. Metade desse valor está concentrado no Sudeste, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Quem trabalhava na iniciativa privada em 2015 pode retirar o dinheiro em qualquer agência da Caixa Econômica Federal ou em uma casa lotérica. Servidores públicos devem procurar o Banco do Brasil. Cada trabalhador recebe valor proporcional à quantidade de meses trabalhados formalmente naquele ano. Se a pessoa trabalhou o ano todo, recebe o valor na íntegra. Quem trabalhou por seis meses, por exemplo, recebe metade do valor.

Quem tem direito - Para ter direito ao abono salarial ano-base 2015, é preciso ter trabalhado formalmente em 2015 e atender a alguns requisitos, como estar vinculado formalmente a uma empresa ou a um órgão público por pelo menos 30 dias naquele ano, ter remuneração média de até dois salários mínimos no período, estar inscrito no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) há pelo menos cinco anos e ter os dados informados corretamente pelo empregador na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

Para saber se tem direito ao benefício, é possível fazer uma consulta no site do Ministério do Trabalho. É necessário ter em mãos o número do PIS ou do CPF e a data de nascimento.

Também é possível obter informações nas agências bancárias ou ligando para o Alô Trabalho,



158. As ligações são gratuitas de telefone fixo em todo o país.

A Caixa Econômica Federal fornece a informação aos beneficiários do PIS também pelo telefone 0800-726 02 07. O Banco do Brasil atende os beneficiários do Pasep no número 0800-729 00 01.

Fonte: Agência Brasil

Comissão aprova teste de gravidez em demissão de funcionária

A Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados aprovou proposta que permite a exigência de teste de gravidez na demissão de funcionária. A proposta inclui a regra na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-Lei 5.452/43), que já prevê exame médico na admissão e na demissão de trabalhadores.

A demissão de empregada gestante viola o direito de garantia de emprego previsto na Constituição.

A iniciativa consta do Projeto de Lei 6074/16, do deputado Laercio Oliveira (SD-SE), que recebeu parecer favorável, na forma de substitutivo, da relatora, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

Na avaliação da parlamentar, a solicitação do teste de gravidez no exame demissional é “positiva para a empresa, a gestante e principalmente a criança, pois se estará assegurando, sem interrupções, o recurso financeiro que propiciará uma gestação tranquila

e saudável, sem necessidade de uma demanda judicial”.

Jô Moraes optou por incluir a medida em artigo da CLT que trata, de forma específica, da proteção ao trabalho da mulher.

Tramitação - A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara

Comissão aprova PEC que institui política de combate à violência contra jovem

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 129/15, que inclui, entre as obrigações do Estado, elaborar e executar, de forma articulada com as várias esferas do poder público e da sociedade civil, planos nacional, estaduais e municipais de enfrentamento ao homicídio de jovens.

A proposta foi relatada pelo deputado Tadeu Alencar (PSB-PE), que deu parecer favorável. Ainda segundo o texto, os planos de enfrentamento serão executados por meio de lei, de duração decenal.

A PEC é um dos projetos elaborados pela comissão parlamentar de inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados que investigou a violência contra jovens negros e pobres no Brasil. A CPI, concluída em 2015, foi presidida pelo deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e teve como relatora a deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ).



Em outubro, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) divulgou um relatório que aponta que o Brasil tem a sétima maior taxa de homicídios de adolescentes (10 a 19 anos) do mundo, com 59 assassinatos para cada grupo de 100 mil adolescentes. O País fica atrás apenas da Síria (330), Iraque (134), Venezuela (97), Colômbia (71), El Salvador (66) e Honduras (65).

Tramitação - A PEC 129/15 será analisada agora por uma comissão especial, criada especialmente para esse fim. Se o texto for aprovado, será submetido a dois turnos de votação no Plenário da Câmara.

Fonte: Agência Câmara

Salvador (BA) vai sediar fórum sobre Seguro-Desemprego

Nos próximos dias 5 e 6 de dezembro, servidores da SRT-BA e representantes do Sistema Nacional de Emprego (Sine), do Serviço Municipal

de Intermediação de Mão de Obra (SIMM) e da Caixa estarão reunidos no I Fórum de Discussão sobre o Seguro-Desemprego a fim de conhecerem a legislação e as recentes alterações no programa. O evento será realizado das 8h às 17h, no auditório da Fundacentro, em Salvador.

Chefe do Setor de Seguro-Desemprego da SRT-BA, Tiago da Cruz explica que a iniciativa de realizar esse fórum é decorrente da necessidade de capacitar os servidores e todos os parceiros que trabalham na prestação do serviço para oferecer um melhor atendimento à população. “O fórum será de grande importância e representa um esforço desta superintendência em capacitar seus servidores e parceiros para oferecer um serviço eficiente e de qualidade, atendendo as principais demandas dos cidadãos”, ressalta.

Thiago detalha que esse encontro reunirá agentes importantes para a concessão de um benefício muito importante para a população e possibilitará, inclusive, identificar a importância e o caráter estratégico de cada um, fortalecendo, especialmente, os mecanismos de controle.

O primeiro dia do evento contará com a participação de servidores do Ministério do Trabalho (MTb) e parceiros do Sine, Simm e Caixa, quando serão debatidos temas sobre a legislação do Seguro-Desemprego, suas alterações recentes e as novas ferramentas de gestão do governo.

Fonte: MTb

BOLETIM CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)